

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	2013	2012	Passivo	2013	2012
Circulante		8.091	7.852	Circulante	83	142
Disponibilidades		1	12	Outras obrigações	83	142
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	8.074	7.825	Fiscais e previdenciárias	63	113
Aplicações em depósitos interfinanceiros		8.074	7.825	Diversas	20	29
Outros créditos		15	15	Patrimônio Líquido	8.008	7.711
Diversos		15	15	Capital		
				De domiciliados no país	7.000	7.000
				Reservas de lucros	1.008	711
Total		8.091	7.852	Total	8.091	7.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Outras		
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	7.000	482	1.456		8.938
Lucro Líquido do Semestre				228	228
Destinações:					
Reserva Legal	-	11	-	(11)	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	217	(217)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(1.455)	-	(1.455)
Saldos em 30 de Junho de 2012	7.000	493	218		7.711
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	7.000	501	361		7.862
Lucro Líquido do Semestre				147	147
Destinações:					
Reserva Legal	-	7	-	(7)	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	139	(139)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013	7.000	508	500		8.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem como objeto a prática de operações de arrendamento mercantil. Em 30 de junho de 2013 e de 2012, não apresentava contratos de arrendamento mercantil em sua carteira, tendo em vista a decisão de sua Administração pela suspensão das operações. Os controladores garantem o suporte financeiro para fazer face às despesas operacionais até a definição quanto à retomada das suas operações de arrendamento mercantil, caso necessário.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Desta forma a Sociedade, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e retificação de erro homologada pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A Sociedade não espera efeitos significativos decorrentes da aprovação destes normativos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração para divulgação e apresentação em 27 de Agosto de 2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) **Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Os passivos circulante e exigível a longo prazo representam os valores conhecidos na data do balanço, incluindo encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. e) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre lucros excedentes a R\$ 120 mil no semestre e a contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. f) **Provisões, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensura-

ção e a divulgação das provisões, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 da seguinte forma: * **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. * **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. * **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. * **Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.** Em 30 de junho de 2013 e de 2012, não houve passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis. * **Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.** g) **Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça estimativas e estabeleça premissas que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	1	12
Total de caixa e equivalentes de caixa	1	12

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

	2013	2012															
Aplicação em depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A.	8.074	7.825															
Os depósitos são remunerados a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, tendo sido reconhecido no resultado do semestre o montante de R\$ 271 (R\$ 419 em 2012). <p>6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Remuneração do pessoal-chave da Administração: O Grupo Cetelem/BGN, do qual a Sociedade faz parte, é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria e, de acordo com o seu Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por até 6 (seis) membros, todos acionistas da instituição, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. A Diretoria deve ser composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo conselho de administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, o mandato será de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo, um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores Executivos. A remuneração atribuída aos Diretores no conglomerado das empresas integrantes do Grupo Cetelem/BGN para os exercícios encerrados em 30 de Junho de 2013 e de 2012 foram de, respectivamente, R\$5.132 e R\$10.848, os quais representam benefícios de curto prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. Os saldos das transações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2013</th> <th>2012</th> </tr> <tr> <th>Ativos (Passivos)</th> <th>Receitas (Despesas)</th> <th>Ativos (Passivos)</th> <th>Receitas (Despesas)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades - Banco BGN S.A. (controlador)</td> <td>1</td> <td>12</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações em depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A. (controlador)</td> <td>8.074</td> <td>7.825</td> <td>271</td> <td>419</td> </tr> </tbody> </table>		2013	2012	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Disponibilidades - Banco BGN S.A. (controlador)	1	12	-	-	Aplicações em depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A. (controlador)	8.074	7.825	271	419
	2013	2012															
Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)														
Disponibilidades - Banco BGN S.A. (controlador)	1	12	-	-													
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A. (controlador)	8.074	7.825	271	419													

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO

operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BGN Leasing, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Atividades do Comitê:** O Comitê de Auditoria da BGN Leasing reuniu-se em duas ocasiões com o intuito de discutir e analisar as demonstrações contábeis de 30.6.2013. A BGN Leasing está com suas atividades suspensas, por decisão da Administração, e no seu balanço não constam saldos de operações de arrendamento mercantil. Recursos de seu capital estão, quase integralmente, aplicados em CDI no Banco

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

audidores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira		271	419
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	271	419
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		271	419
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(54)	(67)
Outras despesas administrativas		(41)	(48)
Despesas tributárias		(13)	(19)
Resultado Operacional		217	353
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações Imposto de Renda e Contribuição Social		217	353
Imposto de renda	8	(70)	(125)
Contribuição social		(40)	(74)
Lucro Líquido do Semestre		147	228
Número de ações		7.000.000	7.000.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1,00		21,00	32,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2013	2012
Atividades Operacionais			
Lucro líquido		147	228
Varição de Ativos e Passivos Operacionais		(153)	1.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(21)	1.398
Outros créditos		-	(7)
Outras obrigações		(131)	(190)
Caixa Líquido Oriundo das (Utilizado nas) Atividades Operacionais		(6)	1.429
Atividades de Financiamento			
Dividendos distribuídos		-	(1.455)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		-	(1.455)
Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(6)	(26)
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		7	38
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	1	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, é dividido em 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) **Destinação do Lucro:** Ao acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro líquido apurado no final de cada período, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal. Conforme AGE de 19 de junho de 2012, foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 1.455, apurados com base nos lucros acumulados até 31 de dezembro de 2011. **8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:** A Sociedade está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social. A despesa de Imposto de Renda registrada no semestre foi de R\$ 40 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 31 mil (R\$ 74 mil e R\$ 51 mil respectivamente em 30 de junho de 2012), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	Imposto de Renda	Contribuição Social		
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	217	353	217	353
Alíquotas vigentes	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(43)	(76)	(33)	(52)
Outras diferenças	3	2	2	1
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(40)	(74)	(31)	(51)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012, a Sociedade não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros derivativos. **10. EVENTOS SUBSEQUENTES:** Em abril de 2013, o Banco BGN celebrou contrato vinculante de venda da BGN Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, cuja efetividade da operação somente ocorrerá quando das aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Contador: Carlos Alberto de Freitas - CRC 1SP151.732/O-1

BGN S.A. Por conta de estar paralisada, a auditoria interna não realizou, recentemente, trabalhos na instituição. A auditoria externa realiza somente trabalhos de confirmação de saldos. A área de Compliance acompanha a edição de normas, para avaliar possíveis desdobramentos para a instituição. O componente de Ouvidoria também não registrou atividades recentes. **Conclusão:** Assim, com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 30.6.2013 da BGN Leasing S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013. São Paulo, 19 de agosto de 2013

COMITÊ DE AUDITORIA

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Enfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, em abril de 2013, o Banco BGN S.A., acionista controlador da BGN Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, celebrou contrato vinculante de venda da Companhia, cuja efetividade da operação somente ocorrerá quando das aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nossa opinião não está sendo modificada em função desse assunto. São Paulo, 27 de agosto de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audidores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CNPJ nº 1 PR 050377/O-6 "S" SP